

Estratégia

Junji aguarda audiência com a União para mostrar problemas do Lixão

Deputado quer denunciar os comprometimentos que o aterro vai trazer para o meio ambiente e para a economia

Bras Santos
Da reportagem local



O aterro da Queiroz Galvão foi planejado para ocupar uma área de cerca de 2 milhões de metros quadrados no distrito do Taboão

O deputado federal e ex-prefeito de Mogi das Cruzes Junji Abe (DEM) informou ontem, por meio de sua Assessoria de Imprensa, que mantém o esforço para denunciar ao governo federal os problemas que a possível instalação do aterro sanitário da Queiroz Galvão no distrito do Taboão poderá causar ao meio ambiente e à economia da cidade.

Ele garantiu que continua tentando marcar audiências com o Ministério do Meio Ambiente (que agrega uma série de órgãos de interesse para tratar do tema) e também com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em função do assentamento existente no Taboão que poderá ter como indesejável vizinho o aterro sanitário planejado para uma área com cerca de 2 milhões de metros quadrados.

Com as autoridades do Ministério do Meio Ambiente, o deputado pretende destacar a provável contaminação das águas que abastecem dezenas de cidades, desde a região paulista do Vale do Paraíba até os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Segundo o parlamentar, a área escolhida pela empresa para instalar o aterro fica próxima a dois córregos, que são afluentes do rio Parateí. "A eventual contaminação do lençol freático, além de causar sérios danos ao meio ambiente, é ameaça flagrante à saúde pública. O Parateí deságua no Rio Paraíba do Sul, que abastece municípios do Vale do Paraíba, Rio de Janeiro e Minas", argumentou o deputado, por meio da

Assessoria de Imprensa.

Além de acionar o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Junji também promete levar ao Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte (Codivap), que reúne 44 municípios (inclusive Mogi das Cruzes), sendo a maioria deles potencialmente prejudicada com a instalação de um aterro sanitário no distrito mogiano do Taboão. "Queremos ampliar o leque de ações e intensificar trabalhos já desenvolvidos pela Prefeitura, por deputados estaduais e pelo movimento 'Aterro Não'. Para isso, vamos buscar o respaldo de órgãos federais para a nossa luta", argumentou Junji.

Outras ações

Além da proposta do deputado federal do DEM, outras ações de repúdio ao aterro estavam previstas para esta semana. A principal delas seria o início da coleta de 100 mil assinaturas. Esse trabalho deverá ser feito pelo advogado Gustavo Ferreira e o ambientalista Odair Alves, que integram o movimento "Aterro Não", formado por representantes da sociedade civil.